



# ÍNDICE

PREFÁCIO, XV

## PRIMEIRA PARTE

- 1 INTRODUÇÃO, 1
- 2 SÍNTESE HISTÓRICA DO DIREITO FALIMENTAR, 7
  - 2.1 O direito romano, 7
  - 2.2 A Idade Média, 8
    - 2.2.1 Os estatutos das Repúblicas italianas, 9
  - 2.3 O direito falimentar no Brasil, 11
    - 2.3.1 No período pré-republicano, 11
    - 2.3.2 No período republicano, 14

## SEGUNDA PARTE

- 3 A TEORIA DA EMPRESA, SUA DIMENSÃO SOCIAL E A FIGURA DO EMPRESÁRIO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO, 19
- 4 A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA COMO FORMA DE RECUPERAÇÃO, 33
  - 4.1 Função geradora de empregos, 35
  - 4.2 Função geradora de tributos, 37
  - 4.3 Função de circulação ou produção de bens ou serviços, 40
  - 4.4 A cogestão da empresa como forma de preservação e humanização, 44
    - 4.4.1 A experiência alemã de cogestão participativa, 51
    - 4.4.2 A experiência japonesa de cogestão participativa, 52

## TERCEIRA PARTE

### 5 DA RECUPERAÇÃO DA EMPRESA NA LEGISLAÇÃO ALIENÍGENA, 55

5.1 Nos Estados Unidos da América, 55

5.2 Na Inglaterra, 65

5.3 Na Alemanha, 69

5.4 Na França, 75

5.5 Na Bélgica, 84

5.6 Na Itália, 87

5.7 Em Portugal, 90

5.8 Na Espanha, 97

## QUARTA PARTE

### 6 DIREITOS HUMANOS: CONCEITO E FUNDAMENTAÇÃO, 103

6.1 A dignidade e o bem-estar social, 107

6.2 A dignidade da pessoa humana e sua raiz constitucional, 108

6.2.1 A conexão existente entre a dignidade da pessoa humana e o direito ao trabalho na Constituição Federal de 1988, 110

6.3 A dignidade da pessoa humana como núcleo da preservação da empresa e a aparente antinomia em relação à eficiência econômica, 114

### 7 A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA: UM COMPONENTE PERMANENTE DOS SISTEMAS EMPRESARIAIS, 121

7.1 A concordata no Decreto-Lei n. 7.661/45 e os seus objetivos inalcançáveis, 125

7.2 Da recuperação de empresa no Brasil, 128

### 8 HIPÓTESES CONCRETAS NA NOVEL LEGISLAÇÃO DE ESTÍMULO À PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E CONSEQUENTE DIGNIFICAÇÃO DA PESSOA HUMANA, 130

8.1. Da recuperação judicial, 134

8.2. Da recuperação extrajudicial, 138

### 9 CONCLUSÃO CRÍTICA, 141

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 145